



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DA UNIÃO- CMAS

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025

07/08/2025 com continuação em 08/08/2025 | 15h00 | Remota (Microsoft Teams)

Pauta da Reunião

01	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).
02	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS).
03	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação do subsídio tributário para a Exportação da Produção Rural.
04	Deliberação sobre propostas de aprimoramento da avaliação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Registros e Deliberações

01	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).</u></p> <p>Proposta Prioritária 1: Estabelecer definição formal, clara e objetiva sobre o(s) gestor(es) responsável(is) pela implementação do Perse e instituir instâncias de coordenação entre os atores estatais envolvidos. (Fusão com a proposta 2). Destinada ao Ministérios do Turismo e da Fazenda. Aprovada como prioritária.</p> <p>Proposta 2: Foi incorporada na proposta 1.</p> <p>Avaliação em profundidade 3: Avaliação em profundidade do impacto do programa sobre o emprego das firmas beneficiadas, e da relação custo-efetividade do programa. Destinada ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). Aprovada.</p>
	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS).</u></p> <p>Proposta 1: Aprimorar os procedimentos de análise dos requerimentos de certificação, com foco na modernização, previsibilidade e transparência do</p>

processo, contemplando: (i) análise de viabilidade de automação de etapas com base em análise de riscos; (ii) definição interna de prazos para análise dos requerimentos e tratamento de estoque; (iii) qualificação da comunicação dos indeferimentos, favorecendo a rastreabilidade e o uso gerencial das informações; (iv) campos específicos, no sistema de solicitação e análise, para todos os documentos e informações previstos no regulamento da Política, bem como disponibilizar, oportunamente, modelos de documentos exigidos, com vistas a agilizar o processo de certificação. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Aprovada como prioritária.**

Proposta 2: Instituir Sistema de Monitoramento, contemplando: (i) acompanhamento das quantidades e dos tipos de atendimento realizados ou de serviços prestados pelas entidades certificadas; (ii) processo contínuo de coleta, estruturação e análise de dados, com o objetivo de produzir os indicadores propostos na avaliação, bem como sua divulgação, incluindo a dimensão de resultados. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Aprovada como prioritária.**

Proposta 3: Adotar estratégias para universalizar a adesão das entidades certificadas ao preenchimento do Censo SUAS, de forma a qualificar a base de informações disponível para o acompanhamento da política e a avaliação dos efeitos da certificação. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Aprovada como prioritária.**

Proposta 4: Disponibilizar informações sobre as isenções relacionadas à CEBAS Assistência Social, por entidade beneficiária e por tributo, e segregar as estimativas dos gastos tributários no Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT) entre imunidade constitucional e isenção tributária. (Fusão com a proposta 5). Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Aprovada como prioritária.

Proposta 5: *Foi incorporada na proposta 4.*

Proposta 6: Aprimorar o planejamento das supervisões técnicas in loco das entidades certificadas, a partir de definição metas e de metodologia baseada em riscos, com vistas a ampliar a representatividade de entidades supervisionadas, a eficiência dos procedimentos e a divulgação dos resultados. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Aprovada como complementar.

Proposta 7: Definir metas para as ações de apoio técnico, considerando o número de participantes, temas abordados e eficácia das ações. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Aprovada como complementar.

Proposta 8: Instituir a gestão de riscos relacionada ao processo de certificação e incorporá-la à gestão de risco organizacional. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Aprovada como complementar.**

Proposta 9: Dar transparência ao planejamento e aos resultados das ações de acompanhamento e fiscalização do processo de certificação CEBAS Assistência Social. Destinada ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Aprovada como complementar.**

Proposta 10: Aprimorar a articulação, em âmbito interministerial, com vistas a favorecer a atuação integrada, colaborativa e coordenada entre os diversos atores do processo de certificação CEBAS. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Aprovada como complementar.**

Proposta 11: Criar instância de coordenação e supervisão no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, envolvendo a alta administração, com vistas a aprimorar o processo de certificação, considerando a materialidade do financiamento indireto. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Aprovada como complementar.**

03	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do subsídio tributário para a Exportação da Produção Rural.</u></p> <p>Proposta 1: Realizar estudo para avaliar meios e possíveis impactos decorrentes da extinção do benefício. Destinada ao Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Aprovada como prioritária.</p> <p>Proposta 2 (desmembramento da Proposta 1): Revisar a estimativa do gasto tributário. Destinada à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Aprovada como prioritária.</p> <p>Proposta 3: Definir atores responsáveis pelo monitoramento do benefício tributário e análise de seus impactos. Destinada ao Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Aprovada como complementar.</p>
04	<p><u>Redação final e classificação das propostas de aprimoramento da avaliação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).</u></p> <p>Proposta 1: Avaliar mecanismos para garantir a execução dos pagamentos realizados pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE), atualmente executados por meio da ação orçamentária 0027, para as operações já contratadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação. Destinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Aprovada como prioritária.</p> <p>Proposta 2: Reformular o Sistema de Garantias Públicas (SGP) para incluir módulos integrados de uso por COFIG, BNDES e SE-CAMEX, bem como disponibilizar dados agregados sobre beneficiários, setores atendidos e resultados das operações, além de dados desagregados quando permitido. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aprovada como complementar.</p> <p>Proposta 3: Estabelecer mecanismos para identificação de setores considerados estratégicos, alinhados às prioridades definidas nas políticas públicas de promoção às exportações, com a definição clara e objetiva de regras específicas e a criação de produtos direcionados às particularidades de cada setor, quando necessário. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Aprovada como complementar.</p> <p>Proposta 4: Instituir Política Integrada de Gestão de Riscos do FGE. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aprovada como complementar.</p> <p>Proposta 5: Definir critérios objetivos para escalonamento de decisões estratégicas ao Conselho Estratégico da CAMEX. Destinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Aprovada como complementar.</p>
Resumo	<ul style="list-style-type: none"> • Foram aprovadas 19 propostas de aprimoramento, sendo 8 classificadas como prioritárias, e 1 proposta de avaliação em profundidade. • As 8 propostas de aprimoramento classificadas como prioritárias e a proposta de avaliação em profundidade serão objeto de deliberação do CMAP, em reuniões agendadas para os dias 19 e 20/08/2025.

Membros presentes com direito a voto

Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do
Ministério do Planejamento e Orçamento:

ANDREIA RODRIGUES DOS SANTOS
ANTÔNIO PAULO BAREA COUTINHO
FABIANA CRISTINA DA SILVA MELLO
FLAVIO LYRIO CARNEIRO
IARA ELIZA PACÍFICO QUIRINO
KATHLEEN SOUSA OLIVEIRA MACHADO
LUIZ FERNANDO ARANTES PAULO
LUIZ ALVES ANTÔNIO NETO
MARILIA TULER VELOSO
RAFAEL GUSTAVO BORDIN
RODRIGO CESAR BESSONI E SILVA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL
CAMILA MATA MACHADO SOARES
JOÃO PEDRO SUSSEL BERTOGNA
RODRIGO TONETO
RONAN LUIZ DA SILVA
SANDRO SACCHET DE CARVALHO
THIAGO SEVILHANO MARTINEZ

Controladoria-Geral da União:
ARLEIDE COSTA DO NASCIMENTO



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Castro Luz**,
Subsecretário(a), em 29/08/2025, às 14:14, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de
novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código
verificador **52896254** e o código CRC **D8DC5862**.

Referência: Processo nº 18101.100641/2020-42

SEI nº 52896254